

Pertencimentos e deslocamentos: dilemas do cotidiano contemporâneo

Eleonora Prestrelo, Anna Paula Uziel, Ariane Ewald, Deise Mancebo e Luciano Elia

Nos últimos anos, são inúmeros os trabalhos acadêmicos sobre globalização, sobre a velocidade empreendida no cotidiano, elementos da pós-modernidade. De estudos mais teórico-conceituais a pesquisas de campo, a temática tem sido explorada sistematicamente. Falar em globalização significa percorrer o mundo com temas e traços comuns, no entanto, nota-se, com grande intensidade, a necessidade de territórios que ofereçam, senão identidade, corporeidade a desejos e produções singularizadas.

No apêndice do Micropolítica. Cartografias do desejo denominado “Notas descartáveis sobre alguns conceitos”, Guattari se debruça sobre a explicação do que seria território:

a noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. (...) O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada em si mesma (GUATTARI, 1986, p. 323)

Neste número da revista a tônica parece ser a intenção de pertencimento, busca de territórios que ofereçam lugar, ou que suportem inquietações e deslizamentos.

Boa parte das vezes, a busca é no sentido de completar ou tamponar uma falta entendida como algo que precisa deixar de existir. Neste sentido, as práticas engendradas têm dificuldade de criar, de inventar saídas que respondam e outras lógicas.

o ato de viver torna-se imutável ou natural, legando às práticas humanas o emudecido sentido de reprodução; e o destino entra em cena obstruindo a luta pelo aniquilamento de formas estáveis e petrificadas de vida. A luta permitida é a busca de um voraz preenchimento de faltas ou vazios, uma falta marcada por uma incompletude original que necessitará de saciamentos, sublimações ou da constatação do irremediável. Essa falta triste – triste porque movida pelo insaciável, pela impossibilidade de suprir carências determinada por sua essência fundadora e solitária; solitária porque reduz ao faltante a resolução de sua procura fazendo da alteridade o vislumbamento de uma réplica – requer tutela, ensimesmamento e inércia (BAPTISTA, 1999, p. 34-35).

Os artigos que integram este número da revista apontam para preenchimentos variados.

Dois artigos deste número tematizam a questão do trabalho, presente no cotidiano de todas as pessoas da sociedade ocidental urbana, empregados ou desempregados, que organiza tempos e espaços, além de auxiliar na hierarquização dos mesmos.

Dulce Helena Penna Soares; Gisele Sestren; Kleber Prado Filho e Maria Sara de Lima Dias, em “A Orientação Profissional nas empresas francesas e seu paralelo no Brasil: questões para o orientador profissional brasileiro” discutem o rumo que a orientação profissional vem tomando, a partir de estudos da realidade francesa para pensar o desempenho desta função no Brasil. De uma prática restrita a escolas e consultórios de Psicologia, a expansão deste trabalho tem atingido empresas atualmente. No Brasil e na França, por caminhos distintos, esta prática tem acompanhado sobretudo a questão da empregabilidade em um mercado que cada vez mais extingue funções e incorpora a informatização. Embora, a partir dos anos 90 do século passado, a orientação profissional tenha sido aliada das demissões e privatizações, os autores percebem que há empresas que atualmente fazem uso desse recurso sem a pressão econômica de antes.

No artigo “Em tempo de globalização: a representação social de emprego, trabalho e profissão em adolescentes”, Luiz Roberto Paiva de Faria e Raquel Souza Lobo Guzzo discutem, a partir de uma pesquisa qualitativa, as representações sociais que estudantes de escolas públicas e privadas possuem sobre profissão, emprego e trabalho. Concluem que para estes adolescentes o conceito de trabalho estrutura os outros dois: o emprego é onde se aplica este trabalho e a profissão é a capacitação para ele. No entanto, ressaltam o paradoxo presente atualmente, que incita aqueles que se preocupam com a orientação profissional dos jovens: como compatibilizar exigências do mercado e desejo dos sujeitos?

A juventude cresce neste cenário, tendo que se adaptar aos novos tempos, resistir às desigualdades e ao desequilíbrio de oportunidade, ao mesmo tempo em que luta para entrar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, especializado e limitado. Em meio a essas e outras questões, adolescência e juventude são temáticas muito abordadas neste número.

Esta faixa etária, este grupo social ainda tem despertado saídas muito mais repressivas do que propositivas para suas questões e, sobretudo quando o universo juvenil é pobre, os olhares transitam entre o preconceituoso, o assistencialista e aquele que se preocupa com a construção da cidadania, embora pouco se ouse neste campo, contrariando o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta lei engendra uma modificação substantiva na compreensão dos anteriormente conhecidos como menores de idade. Ao reconhecê-los como sujeitos de direitos e, ao mesmo tempo, cidadãos em condição peculiar de desenvolvimento, nasce uma exigência para que reflexões sobre o assunto partam da tensão entre tutela e autonomia.

Nesse sentido, o artigo de Claudete Bonatto Reichert e Adriana Wagner, “Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade” aborda um tema de grande relevância para aqueles que trabalham com juventude. Os autores discutem questões relativas à autonomia baseadas no enfoque ecológico sistêmico, visando compreender alguns fatores envolvidos no processo de desenvolvimento. A partir de um exame da literatura sobre autonomia, afirmam que a conquista da possibilidade de agir, fazer escolhas e tomar decisões baseando-se em seus princípios e valores está cada vez mais difícil para esses adolescentes. Consideram que é fundamental compreender o contexto socioeconômico-cultural no qual o indivíduo se desenvolve, mas destacam as conseqüências que a fragilidade dos vínculos com os pais e a insegurança dos mesmos no processo educativo podem gerar na inserção desse adolescente na vida adulta.

Partindo de outro enfoque teórico e tendo objetivos bem distintos, mas também preocupados com olhares sobre adolescentes – e crianças –, os 3 próximos trabalhos também partem do referencial psicanalítico e tratam de casos atendidos em instituições públicas.

Fabio Azeredo e Fernanda Canavêz, em “Intervenção sobre intervenção: sobre a transferência em um trabalho social”, analisam um projeto de reinserção familiar de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, institucionalizados, desenvolvido pela Fundação para a infância e adolescência (FIA) e utilizam as idéias de Lacan para propor uma mudança de foco, opondo a orientação psicanalítica à intervenção assistencialista para discutir atenção a essa população. Consideram que a Psicanálise pode ser uma importante ferramenta para destacar e valorizar a participação do sujeito no processo, já que a lógica assistencialista contribuiria para uma acentuação das deficiências.

No texto de Maria Beatriz Barra, “A Clínica Psicanalítica em um Ambulatório para Adolescentes em Conflito com a Lei”, faz uso da Psicanálise no atendimento clínico a adolescentes que se encontram em conflito com a lei. A partir do relato de um caso, que serve como ilustração, a autora explicita a idéia defendida por Freud de que haveria um opressivo sentimento de culpa determinando o ato, visando à punição como forma de alívio.

“A abertura a um trabalho psicanalítico em uma instituição pública: Márcia e a dúvida identificatória” de Érica de Sá Earp Siqueira, aborda mais diretamente o uso da Psicanálise em uma instituição pública, discutindo conceitos e pondo em análise as especificidades do lugar que ocupa. Parte da história de Márcia, das questões cotidianas que ela aborda sobre relações familiares, profissionais e amorosas, para refletir sobre os sentidos que constrói e onde se ancoram.

O artigo de Alice Schwanke Peruzzo, Bruna Maria Gil Jung, Tarcio Soares e Helena Beatriz Kochenborger Scarparo, “A expressão e a elaboração do luto por adolescentes e adultos jovens através da internet” ousa relacionar duas questões contemporâneas: o contato da nova geração com a morte e uma forma de comunicação recente, utilizada especialmente por esse grupo, que é o orkut. A novidade desse instrumento de troca entre adolescentes exige também incursões metodológicas que agreguem criatividade e rigor. A partir de quatro categorias oriundas da riqueza dos depoimentos e dos sentimentos neles investidos, os autores analisam o material colhido. Destacaram-se alguns pontos como o enfrentamento da perda e a articulação entre as pessoas visando dividir a dor.

Outro bloco de textos tematiza o que poderíamos unificar como “formas de estar no mundo”, seja através de experiências, seja de revisões bibliográficas. Os dois primeiros refletem sobre situações de mediação em que um outro oferece contato com experiências novas.

“A importância das experiências táteis na organização psíquica”, de Rebeca Nonato Machado e Monah Winograd, enriquece as discussões sobre a organização do aparelho psíquico, que mencionam geralmente a importância do simbólico, salientando a relevância das experiências táteis. Bastante ancoradas no pensamento de Didier Anzieu, as autoras analisam a importância da relação mãe-bebê. A partir daí, ressaltam que o tato cria uma intimidade e pode-se, inclusive, em muitos casos, prescindir da palavra na demonstração de afeto. O texto é atravessado por uma preocupação mais detalhada ao final sobre as conseqüências que a falta do toque pode fazer emergir.

“Algumas Considerações sobre o Letramento e o Desenvolvimento Metalingüístico e suas Implicações Educacionais” de Márcia Elia da Mota, aborda a polarização do debate sobre aquisição da língua escrita. De um lado os defensores do letramento, e de outro os que defendem um ensino mais diretivo. Este artigo toma novo rumo a partir de uma revisão crítica sobre as duas posições, e propõe que a alfabetização seja considerada em sua diversidade de aspectos que ela enumera: cognitivos, afetivos e sociais.

O tema do pertencimento e da circulação por diferentes territórios é observado nos artigos que se seguem, baseados em linhas teóricas distintas e com ênfases originais.

Em “Subjetivações, identidades e o linguajar”, Ricardo Pimentel Mello e Angela Flexa Di Paolo discutem a questão da identidade, tema tão caro à Psicologia, a partir de uma leitura da Psicologia Social apoiada em Foucault, Deleuze, Figueiredo e Rose. No artigo mostram como o conceito de identidade remete à noção de idêntico e propõem situar o ser humano em uma constante instabilidade criativa, promovendo emergências de devir.

“Movimentos migratórios na metrópole de São Paulo no século XXI: um estudo quali-quantitativo”, de Eda Terezinha de Oliveira Tassara e Elaine Pedreira Rabinovich, aborda a adaptação e satisfação de uma população que apostou em São Paulo como cidade para morar. A partir de entrevistas iniciais com o objetivo de mapear as características gerais da população, foram realizadas e analisadas 110 entrevistas e 3 grupos focais que obtiveram informações sobre variados temas como: trabalho, estudo, vínculos afetivos, expectativas, decisões sobre seus destinos, imagens da cidade. A questão geracional mostrou-se um importante aspecto na diferença do grau de satisfação e os resultados gerais apontam para a inserção do país em uma aparente contradição, compreensão essa que merece uma análise mais complexa, que é estar saindo de uma modernidade em que nunca se esteve.

Em muitos casos a busca por um lugar não se dá através de um espaço físico. Trabalhando com uma perspectiva dialética, presente em alguns dos teóricos da análise institucional, o texto de William César Castilho Pereira e Adriana Maria Brandão Penzim intitulado “Análise Institucional na vida religiosa: caminhos de uma intervenção” discute um trabalho autogestivo com grupos religiosos cujo objetivo central é uma refundação, ou seja, busca de um novo na inserção da religião, como definem os autores. Processos de auto-análise, ações mais coletivas no cotidiano, a valorização da diversidade e a recuperação e ênfase na auto-estima e nos afetos são alguns dos resultados obtidos com este trabalho de intervenção.

“A percepção de controle como fonte de bem-estar”, texto de Danielle Monegalha Rodrigues e Carlos Américo Alves Pereira, que tem como pano de fundo a Psicologia Positiva também discute temática ligada a se tentar viver melhor, identificando duas chaves para a felicidade: busca da satisfação nas atividades cotidianas e controle sobre a própria vida. Os autores discutem a noção de locus de controle em vários autores para articulá-la à compreensão de bem-estar subjetivo e concluem que aqueles que acreditam exercer controle sobre os acontecimentos de suas vidas possuem níveis mais altos de bem-estar subjetivo.

Mais um trabalho no campo da auto-estima e da felicidade, “O impacto da cirurgia plástica na auto-estima”, de Sabrina Borges Ferraz e Fernanda Barcellos Serralta inicia a discussão apontando o efeito da beleza no comportamento e nas relações entre as pessoas. Utilizando-se de entrevistas com mulheres que se submeteram a cirurgias plásticas, as autoras analisaram a decisão pela cirurgia, o apoio da família, a recuperação e a convivência com o resultado e registraram que este procedimento alterou relações interpessoais e sexuais.

Nos últimos anos cresce a quantidade de referências a situações de stress no trabalho, seja porque a tensão para manter o emprego aumenta, seja por conta dos salários baixos, baixas condições de trabalho e grande responsabilidade ou pela exigência cada vez maior de competência. É importante ressaltar ainda que a visibilidade do assunto também cria maior expectativa para essa temática tenha destaque. A qualidade de vida de profissionais interfere diretamente no seu desempenho e é este enfoque que Liliane de Carvalho e Lucia Emmanoel Novaes Malagris utilizam em “Avaliação do Nível de Stress em Profissionais de Saúde”, no qual analisam o impacto do trabalho na vida de profissionais de saúde.

O número fecha com um artigo de Blanca Muñoz, “¿Realidad o ficción?: el impacto comunicativo del 11-s” discutindo características e conseqüências do que se tornou um marco mundial: o atentado às torres gêmeas em New York. Destacando o papel da mídia e a participação em tempo

real de pessoas no mundo todo, a autora discute a forma e o engajamento dos atores envolvidos na produção das notícias.

O terrorismo e sua espetacular divulgação, bem como outras práticas de esvaziamento de sentidos, torna a vida sem movimento. A vida

desmaterializa-se, tornando-se dádiva ou estorvo, diluindo do cotidiano a emergência e o espaço da produção – do assujeitamento e da transgressão (BAPTISTA, p. 34).

Este número da revista começa e termina discutindo trabalho e qualidade de vida. Retomemos também a noção de território agora para apostar, com Guattari, nos rumos que sua natureza de desmanchar-se seu pode promover.

o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. [...] O capitalismo é um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização (GUATTARI, 1986, p. 323).

Os movimentos dos territórios podem provocar apatia, revolução, cuidado, ousadia etc. Desejamos que a leitura dos artigos presentes neste número seja profícua no sentido de convocar novos discursos e forças para a construção de pertencimentos que potencializem a singularidade e o coletivo.

Referências Bibliográficas

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

BAPTISTA, L. A. **A cidade dos sábios**: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus Editorial, 1999.